

**ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
POLÍTICA URBANA REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2014**

1 **Data, hora e local:** 30 de janeiro de 2014, às 09h42m, na Rua São Bento, 405, Auditório do
2 10º andar do Edifício Martinelli, São Paulo, SP. **Pauta do dia:** **a)** Informes **b)** Balanço 2013; **c)**
3 Revisão Participativa do Plano Diretor Estratégico (PDE). **Conselheiros Presentes CMPU:**
4 Fernando de Mello Franco (Presidente); Fernando Túlio Salva Rocha Franco (Secretário
5 Executivo); Felipe de Paula (Secretaria do Governo Municipal); Anderson Kazuo Nakano e Nuria
6 Pardillos Vieira (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU); Marianna Sampaio
7 (Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos - SNJ); Marly Kiatake (Secretaria Municipal de
8 Coordenação das Subprefeituras – SMSP); Elia Albuquerque Rocha e Ronaldo Tonobohn
9 (Secretaria Municipal de Transportes – SMT); Luis Felipe Vidal Arellano (Secretaria Municipal de
10 Finanças e Desenvolvimento Econômico – SF); Glauco Cugler de Carvalho (Secretaria Municipal
11 do Verde e do Meio Ambiente – SVMA); Marcos Cartum (Secretaria Municipal de Cultura – SMC);
12 Renato Souza Cintra e Vânia Baptista Nery (Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social –
13 SMADS); Gustavo Partezani Rodrigues (SP Urbanismo); João Abukater Neto (Companhia
14 Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB); Lucila Falcão Pessoa Lacreta e Áurea Lopes
15 Machado Mazzetti (Macrorregião Oeste – Eleito); Antonio Gomes dos Santos (Macrorregião Leste
16 2 – Eleito); Maria Lúcia da Silva (Macrorregião Sul 1 – Eleita); Edison de Oliveira Vianna Junior
17 (Macrorregião Norte 1 – Indicado); Carlos Eduardo Silva Diethelm (Macrorregião Norte 2 –
18 Indicado); Ângelo Salvador Filardo Junior e Ricardo Airut Pradas (Macrorregião Oeste –
19 Indicado); Francisco Carlos Ricardo (Macrorregião Leste 1 – Indicado); Adriana Neves da Silva
20 Morales (Macrorregião Leste 2 – Indicado); Dirceu de Oliveira Mendes (Macrorregião Sul 1 –
21 Indicado); Adevilson Maia e Adailson de Oliveira (Macrorregião Sul 2 – Indicado); Ricardo
22 Yazbek e Eduardo Della Manna (Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e
23 Administração de Imóveis de São Paulo); Algerlanio Lopes Dantas (Associação Ambiental e
24 Habitacional João Barros – AAHJB) e Maura Augusta Soares de Oliveira (Movimento por Direito à
25 Moradia – MDM); Cibele Martins Sampaio (Associação Amigos do Brooklin Novo – SABRON);
26 Maria das Graças de Jesus Xavier Vieira (União dos Movimentos de Moradia da Grande São
27 Paulo e Interior) e Benedito Roberto Barbosa (Liderança Movimento Popular); Mariza Dutra
28 Alves (Associação dos Movimentos de Moradia da Leste I); Marcelo Cardoso (Associação Vitae
29 Civilis Cidadania e Sustentabilidade); Valter Luis Caldana Júnior (Universidade Presbiteriana
30 Mackenzie); Paula Baillet Lacerda (Sindicato Nacional dos Corretores de Imóveis no Estado de
31 São Paulo - SINAENCO); José Armênio de Brito Cruz (Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB) e
32 Luiz Renato Horta de Siqueira (Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura – ASBEA);
33 Jacobina Albu Vaisman (Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP); Luiz
34 Tokuzi Kohara (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Luiz Carlos Costa (Movimento
35 Defesa São Paulo); Sueli Moretti (Federação Nacional dos Urbanitários – FNU); Paulo Afonso
36 Costa e Adriana Oliveira Magalhães (Central Única dos Trabalhadores do Estado de São Paulo
37 (CUT) e João Manoel Scudeler de Barros (Secretaria Estadual de Habitação). **Conselheiros que**
38 **justificaram ausência:** Felix Ramon Ruiz Sanchez (Secretaria Municipal de Serviços (SES);
39 Paulo Antonio Maluf (Macrorregião Centro – Eleito); Marta Dora Grostein (Universidade de São
40 Paulo – FAU/USP); **Convidado permanente:** Airton Goes (Rede Nossa São Paulo). **Demais**
41 **presentes:** Sidney Gomes Junior (Associação Comercial de São Paulo – ACSP); Fernando

**ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
POLÍTICA URBANA REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2014**

42 Guilherme Bruno Filho (SMDU/DCFSP); Alexandre Gomes (Câmara Municipal de São Paulo);
43 Heloisa Toop Sena Rebouças (SMDU); Diego Ap. Silva (SMDU); Elcio Sigolo (Sinduscon/SP);
44 Evaniza Rodrigues (Umm-SP); Diana T. Giuseppe; Luis Claudio M. Longo (SMDU); Weber Sutti
45 (SMDU); Geraldo de Paula Eduardo (APEOP); Wellington A. M. Sendas (SCIESP); Nabil Bonduki
46 (Câmara Municipal de São Paulo); Daniel Todtmann Montandon (SMDU/DEUSO); Ligia Pinheiro
47 (IPEA); Felipe Garofalo Cavalcanti (SMDU); José Police Neto (Câmara Municipal de São Paulo);
48 Tais Jamra Tsukumo (SMDU); Carolina Heldt d'Almeida (SMDU); Andrea O. Villela (SMDU);
49 Tomas Cortez Wissenbach (SMDU); Lara Cavalcanti Ribeiro de Figueiredo (SMDU); Júlio César
50 de Moura Oliveira (SMDU); Maria Teresa Oliveira Grillo (SMDU); Andre Luis Goncalves Pina
51 (SMDU); Luzinete Ramos Borges (SMDU) e Paulo Ricardo Giaquinto (SEL). **Ordem do dia: 1)** O
52 Secretário Executivo iniciou a reunião às 9h42m e empossou os conselheiros representantes da
53 Secretaria de Governo Municipal (SGM), a saber: Francisco Macena da Silva (Titular) e Felipe de
54 Paula (Suplente), com base na da Portaria 48/PREF, publicada em 28 de janeiro de 2014; em
55 seguida passou a palavra ao Presidente que saudou os Conselheiros, apresentou a pauta, a
56 programação prevista e sugeriu a inversão dos itens "b - Balanço 2013" e "c - Revisão
57 Participativa do Plano Diretor Estratégico (PDE)", dada a relevância e urgência da discussão
58 acerca da Ação Civil Pública proposta com o objetivo de suspender a tramitação do PL 688/13 -
59 Revisão do Plano Diretor Estratégico de São Paulo e da agenda do Vereador Nabil Bonduki, que
60 fará um relato da tramitação do PL 688/13 na Câmara de Vereadores de São Paulo; a pauta,
61 bem como sua inversão, foram aprovadas por unanimidade. **2)** Em seguida o Presidente passou
62 a palavra ao Secretário Executivo que convidou o Conselheiro **Algerlanio Lopes Dantas**
63 **(Associação de Moradores)** a fazer um informe sobre o Fundo Municipal de Saneamento
64 Ambiental e Infraestrutura (FMSAI) posto que ele é o representante titular do CMPU no referido
65 Conselho. Algerlanio destacou que foram realizadas reformas no Conselho que representam um
66 avanço. Relatou que estão sendo realizadas intervenções em áreas vulneráveis, tal como
67 urbanização de favelas, com verbas do fundo, articuladas a demais fontes de investimentos, em
68 mais de 200 localidades. Relatou ainda que adequações às normativas que regem o FMSAI
69 foram encaminhadas à Câmara de Vereadores que as aprovou em dezembro de 2013. Ressaltou
70 que maiores informações poderão ser obtidas depois da primeira reunião do Conselho,
71 colocando-se a disposição para responder eventuais dúvidas dos Conselheiros. **3)** O Secretário
72 Executivo, na seqüência, informou aos Conselheiros que a Prefeitura de São Paulo, com objetivo
73 facilitar o acesso à informação e ampliar a transparência irá consolidar informações das diversas
74 Secretarias sobre as diferentes instâncias de interação entre sociedade civil e o Executivo por
75 meio do link "Participação Social"; deste modo será solicitado aos Conselheiros que encaminhem
76 à secretaria executiva informações complementares que serão publicadas no sítio da Secretaria
77 Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU). Em seguida passou a palavra ao Presidente. **4)**
78 O Presidente iniciou o segundo item de pauta convidando o Vereador Nabil Bonduki, membro da
79 Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara e relator do PL nº
80 688/2013 – Revisão do Plano Diretor Estratégico, para fazer informe sobre a tramitação do
81 referido Projeto de Lei na Câmara Municipal, convidando também o vereador José Police Neto,
82 também membro da referida comissão, para compor a mesa. **5)** Com a palavra o **Vereador**

**ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
POLÍTICA URBANA REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2014**

83 **Nabil Bonduki (CMSP)** apresentou a síntese do processo participativo na tramitação do PL
84 688/13, exibida em audiência pública na Câmara Municipal no dia 18 dezembro de 2013.
85 Informou a realização de 45 audiências públicas, com 3.394 participantes, 705 contribuições
86 através de fala, 181 documentos protocolados nas audiências públicas, dessas 705 contribuições
87 322 vieram da Sociedade Civil organizada, movimentos, associações e conselheiros, 149 do
88 Poder Público, que continua trazendo contribuições, embora o projeto tenha ido para a Câmara
89 e essa interlocução ente Executivo, Legislativos e Sociedade continue no processo de elaboração
90 do substitutivo; 46 de entidades profissionais acadêmicas, 128 de municípios, 53 sem
91 informação. Nesse período foram contados 44.420 acessos no site da Câmara sendo 38 mil
92 acessos únicos, ou seja, pessoas diferentes que entraram no portal. Essas contribuições todas
93 foram sistematizadas, identificando-se várias questões importantes. O Vereador apresentou
94 tabela de sistematização e de informações básicas das audiências públicas, número de pessoas,
95 fala e entidades, tabela de sistematização pelas diferentes fontes de entrada de contribuições,
96 mapa de sistematização territorializado e o resumo de todas as contribuições. Após tecer
97 considerações sobre a tramitação do PL 688/13 na Câmara o Vereador encerrou sua fala. **6)** Na
98 sequência o Presidente agradeceu a apresentação e passou a palavra ao **Vereador José Police**
99 **Neto (CMSP)** que enfatizou o intenso esforço empreendido tanto pela SMDU como pela
100 Câmara na construção participativa deste PL. O Vereador informou que participou de um
101 processo que se frustrou em 2009 e que, acredita, não se frustrará nesse momento por conta
102 dos elementos políticos envolvidos nesse debate, a começar pelo esforço feito pela SMDU para
103 que houvesse um debate intenso na fase de elaboração do PL 688/13 e também porque, num
104 segundo momento, está havendo um debate também intenso dentro da Câmara. Segundo o
105 Vereador a sociedade amadureceu, seja na participação, como o Executivo e o Legislativo
106 também amadureceram e ele acredita muito que a Cidade pode dar um passo, ainda esse ano,
107 com a Câmara fechando o processo e devolvendo à sociedade uma lei que possa de fato facilitar
108 o desenvolvimento da Cidade apontando para sua sustentabilidade e seu desenvolvimento
109 socialmente justo. **7)** Em seguida o Presidente passou a palavra à **Procuradora Municipal**
110 **Chefe da Assessoria Jurídica da SMDU**, Heloisa Toop Sena Rebouças, para relatar o
111 andamento da Ação Civil Pública. **8)** A Procuradora fez um breve resumo dos principais aspectos
112 da ação civil pública ajuizada pelo Movimento Defesa São Paulo, com pedido de liminar para
113 suspensão da tramitação do PL 688/2013 – Processo n. 1009731-87.2013.8.26.0053 – 5ª Vara
114 da Fazenda Pública e, no mérito, a declaração da nulidade deste PL, além da condenação da
115 municipalidade na obrigação de fazer, consistente em nova convocação do Conselho Municipal
116 de Política Urbana para emitir um parecer sobre proposta de alteração do Plano Diretor,
117 contendo também o pedido de condenação do Prefeito por improbidade administrativa. O
118 fundamento da ação foi o Estatuto da Cidade e o próprio Plano Diretor do Município, citando
119 alguns artigos: Artigo 2º, 40 e 43 do Estatuto e artigos 284 e 285 do PDE. Segundo a
120 Procuradora a alegação principal da ação é que o Conselho Municipal de Política Urbana não
121 teria tido a oportunidade de debater e emitir parecer sobre o projeto de alteração do PDE.
122 Porém, o Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública, após ouvir a Municipalidade, considerou que a
123 proposta de revisão do PDE foi submetida aos procedimentos participativos comprovados, que

**ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
POLÍTICA URBANA REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2014**

124 demonstram o cumprimento da publicidade para o conhecimento público e a oitiva de setores
125 da sociedade nos termos legais. Com o indeferimento da liminar a ação prossegue, sendo que a
126 Prefeitura dever oferecer contestação em 60 dias, não havendo impedimento para a
127 continuidade da tramitação do projeto na Câmara. **9)** Na sequência, o Secretário Executivo
128 convidou a Assessora Jurídica Chefe para compor a mesa bem como o Chefe de Gabinete,
129 Weber Sutti, para auxiliar na condução dos trabalhos e abriu a sessão para debates. **10)** Em
130 seguida o Conselheiro **Benedito Barbosa (Movimento de Moradia - CMP)** destacou a
131 intensa participação de diversas entidades dos movimentos de moradia (CMP, UMM, MTST,
132 MSTI) em todas etapas do processo, tanto no executivo como no legislativo, reforçando que
133 este tem absoluta necessidade de ser concluído em função da demanda para que se amplie,
134 principalmente, a oferta de habitação de interesse social na cidade de São Paulo. Em seguida
135 destacou que o processo de revisão atual é completamente distinto daquele de 2006 e 2007 em
136 que não se observou nenhum debate, nenhuma construção coletiva; enfatizou que foram
137 parceiros do Movimento Defesa São Paulo (MDSP) no enfrentamento destas questões ao longo
138 da gestão anterior. Na sequência fez um apelo aos membros do MDSP, considerado por ele um
139 movimento sério, que retirem esta ação civil pública dado que não fortalece o processo de
140 debate democrático sobre a cidade e que a eventual paralisação pode ser desastrosa para o
141 avanço das políticas públicas na cidade. Ressaltou ainda que foram feitas diversas observações
142 sobre muito dos conteúdos da proposta, mas que os movimentos de moradia consideram que
143 foram cumpridos, do ponto de vista da participação, os requisitos para entrega do projeto de
144 revisão do PDE (PL 688/13) à Câmara; ressaltou que durante a cerimônia de apresentação do
145 PL 688/13, em comum acordo com representantes do CMPU, inclusive do MDSP, representou o
146 Conselho. Reforçou o desgaste que essa ação civil pública pode trazer a esse processo, destacou
147 que haverá um enfrentamento duro na Câmara Municipal, local em que a correlação de forças
148 não é favorável, mas que é necessário que a população mais sofrida da cidade possa ser
149 representada para que se mude a cara desta cidade, rompendo com a linha que separam ricos e
150 pobres; reiterou a solicitação feita ao MDSP posto que este processo de revisão foi encaminhado
151 coletivamente; por fim destacou a importância do CMPU debater legislações urbanísticas
152 específicas, sobretudo os planos setoriais, tais como o plano municipal de habitação, o plano de
153 mobilidade e o plano de saneamento. **11)** Em seguida o Chefe de Gabinete passou a palavra à
154 Conselheira: **Lucila Lacreta (Eleita Macrorregião Oeste) (01:06:09 a 01:08:37)** – “Muito
155 bom dia a todos. Eu gostaria de dar um esclarecimento bastante preciso. Em primeiro lugar,
156 este Conselho de Política Urbana do qual nós participamos faz parte do Sistema de
157 Planejamento da Cidade de São Paulo. E ele tem prerrogativas de atuação que estão muito
158 claras no artigo 285, inciso III, do Plano Diretor que, neste caso que estamos vivenciando,
159 agora é de debater e emitir parecer sobre a proposta de alteração do Plano Diretor Estratégico.
160 Cabe a este Conselho emitir parecer sobre a proposta do Plano Diretor Estratégico. Inclusive,
161 esta prerrogativa legal que nos caberia ela foi justamente referendada em outra ocasião pela
162 Procuradoria do Município de São Paulo que, através de resoluções, na ocasião da revisão do
163 Plano Diretor de 2006/2007, reafirmou esta prerrogativa. Então, quando o projeto de lei foi
164 publicado, nós tomamos conhecimento e, depois que ele foi para a Câmara no dia 26 de

**ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
POLÍTICA URBANA REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2014**

165 setembro, houve uma convocação aqui de uma reunião para o dia 03 de outubro onde o Sr.
166 Presidente nos informou que aquele projeto de lei anterior, a minuta do projeto de lei, tinha
167 sido alterada e o projeto de lei 688 já tinha sido enviado à Câmara sem que nós cumpríssemos a
168 prerrogativa legal de debate-lo e emitir parecer, nos pareceu uma violação legal de todo o
169 processo e ritos do sistema de planejamento que tem que seguir. A cidade tem que seguir.
170 Então este é o fulcro desta ação judicial. Eu vou repetir: cabe ao Conselho Municipal de Política
171 Urbana, de acordo com o estabelecido no Plano Diretor, debater e emitir parecer sobre
172 alteração de proposta do Plano Diretor estratégico. É este o grande fulcro da questão.
173 Obrigada.” **12)** Na sequência o Chefe de Gabinete passou a palavra ao Conselheiro **Edison de**
174 **Oliveira Vianna Junior (Indicado Norte 1)** que destacou que a legislação urbanística
175 vigente acarreta em uma série de prejuízos aos habitantes da cidade, fato que enseja a
176 necessidade de avanço no processo de revisão do PDE e das demais leis urbanísticas que
177 regulam a política urbana na cidade de São Paulo, como a Lei de Zoneamento; em seguida
178 manifestou-se contrário ao processo de judicialização em curso e que esta questão deve ser
179 debatida no Conselho para que possa se avançar no processo de planejamento da
180 transformação urbana de São Paulo de modo que especificidades da legislação urbanística
181 possam futuramente enfrentadas; reforçou, por fim, a necessidade de se discutir no Conselho os
182 planos setoriais. **13)** Em seguida o Chefe de Gabinete passou a palavra ao Conselheiro **Ricardo**
183 **Yazbek (Produção Imobiliária - SECOVI)** que manifestou a surpresa do setor quando soube
184 da existência dessa ação proposta pelo Movimento Defenda São Paulo; destacou que o referido
185 movimento participou ativamente tanto das reuniões do CMPU como nos demais canais de
186 participação estabelecidos, pedindo a palavra e fazendo propostas; disse que nunca observou
187 nenhum processo tão participativo como esse, foram quase 50 (cinquenta) oficinas, audiências,
188 reuniões no âmbito do executivo e mais quase 45 (quarenta e cinco) no âmbito do legislativo,
189 uma participação impressionante, inclusive fazendo uso de novos canais eletrônicos de consulta
190 ao processo de propositura. Em seguida reiterou o estranhamento do segmento empresarial à
191 ação civil e reforçou o apelo feito ao MDSP, destacando as possíveis conseqüências que esta
192 ação pode ocasionar, especialmente a insegurança jurídica; em seguida perguntou aos
193 Conselheiros como ficaria todo o processo de transformação da cidade neste contexto;
194 subscreveu a fala do Conselheiro Benedito Barbosa, destacando que o SECOVI, o SINDUSCON, a
195 ASBEA, o Instituto de Engenharia (IE), fizeram inúmeras propostas, tanto no executivo quanto
196 no legislativo, todas claras e transparentes. Por fim reiterou o apelo feito ao MDSP para que a
197 ação seja retirada e que o debate se realize na Câmara de Vereadores. **14)** Em seguida a
198 palavra foi passada ao Conselheiro **Luiz Kohara (ONGs - Centro Gaspar Garcia de Direitos**
199 **Humanos)** destacou a importância de se discutir esta Ação Civil Pública de dentro do próprio
200 Conselho, reconheceu o trabalho do Movimento Defenda São Paulo, afirmando que em vários
201 momentos já foram discutidas as contribuições que o Defenda São Paulo tem trazido ao
202 processo; destacou que é necessário representar os interesses da população que vive excluída
203 em São Paulo, posto que, em geral, eles já entram “perdendo”; anotou sua opinião de que
204 tanto no CMPU como nas Audiências Públicas todas etapas do processo foram discutidas,
205 inclusive nos primeiros momentos. Assim, no seu entendimento, a revisão do Plano Diretor

**ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
POLÍTICA URBANA REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2014**

206 contou com a participação efetiva do Conselho Municipal de Política Urbana, isso para ele é
207 bastante claro; enfatizou que é possível aprimorar, de diversas formas, os conteúdos, mas que
208 até esse momento pode-se considerar que as contribuições feitas são uma forma de emitir
209 parecer. Sendo assim manifestou seu desacordo com relação à possível paralisação do processo
210 de revisão do PDE, ressaltou a possibilidade de que os Conselheiros elaborem um manifesto
211 nessa direção, pois deve-se fortalecer o processo e não paralisá-lo. **15)** Em seguida o Chefe de
212 Gabinete passou a palavra à **Procuradora Chefe da Assessoria Jurídica da SMDU** para
213 esclarecimentos. Esta destacou que nunca houve uma resolução da procuradoria, posto que a
214 procuradoria não emite resoluções, o que houve foi uma resolução do Conselho em outra
215 ocasião, que está citada e anexada na ação. Com relação à insegurança jurídica destacou que
216 trata-se de um fato posto que o prosseguimento da ação pode coincidir com um julgamento em
217 uma fase em que o processo de revisão já esteja avançado, que já tenha demandado maiores
218 esforços, recursos e audiências da construção desse projeto. Então há um risco realmente no
219 prosseguimento da ação de comprometer todo esse processo que esta sendo desenvolvido na
220 Câmara. **16)** Em seguida o Presidente ponderou que existem duas questões em debate; a
221 primeira sobre a importância e a legitimidade de todo processo de revisão do Plano Diretor
222 Estratégico da Cidade de São Paulo e, quanto a isso, entende que a fala de todos, assim como a
223 apresentação do Vereador Nabil Bonduki demonstram que há uma legitimidade de todo
224 processo, como a grande maioria da população e da sociedade civil tem demonstrado.
225 Entretanto disse que há um segundo ponto que está em debate neste momento, trata-se de
226 uma questão formal, presente na ação do Defenda São Paulo, cujo principal argumento não é a
227 legitimidade de processo como um todo, mas sim a ausência de um parecer por parte do
228 Conselho que antecederesse o envio do Projeto de Lei à Câmara. Apontou que o Executivo
229 entende que os processos participativos são de fundamental importância, e que a Secretaria
230 está, desde o primeiro dia, reforçando os mecanismos para que a gestão democrática se efetive
231 plenamente; ressaltou que a reestruturação e o fortalecimento do CMPU fazem parte deste
232 processo, disse que gostaria de saber a opinião dos Conselheiros, se têm de fato essa mesma
233 percepção, não apenas do reforço deste Conselho, mas também se as reuniões do CMPU de fato
234 se constituíram como um fórum legítimo em que todos os conselheiros tiveram a possibilidade
235 de emitir seus pareceres sobre todo processo e conteúdo do PL de Revisão do Plano Diretor.
236 **17)** Na sequência a fala foi passada à Conselheira **Maria das Graças de Jesus Xavier Vieira**
237 **(Movimentos de Moradia – UMM)**. Iniciou afirmando que a UMM desde o início da discussão
238 do Plano Diretor trabalhou mapeando a cidade de São Paulo, e que de fato em 2009 entraram
239 com a ação, justamente, porque não houve na ocasião nenhuma discussão com a população; foi
240 tudo feito “ao calar da madrugada”. Entendeu que o momento atual é diferente, porque teve
241 participação em todos os momentos, e que a UMM fez o levantamento de mais de 400 ZEIS
242 para o Plano Diretor; disse que não mapearam apenas as ZEIS, foram feitas propostas gerais,
243 dado que considera necessário pensar a cidade como um todo. Em nome de toda essa
244 discussão, de todo esse tempo de debate das propostas de Revisão pede para que se retire a
245 ação civil, para que este processo continue em direção a uma cidade mais justa e inclusiva. **18)**
246 Em seguida o Chefe de Gabinete passou a palavra ao Conselheiro **Valter Luis Caldana**

**ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
POLÍTICA URBANA REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2014**

247 **(Universidades – Mackenzie)** que disse fazer coro às manifestações anteriores, destacou que
248 a questão formal lhe parece totalmente superada na medida em que o nível de participação que
249 houve ao longo de todo o processo esta todo documentado, inclusive a constituição de um
250 Grupo de Trabalho específico que, além do CMPU, fez uma série de recomendações, boa parte
251 delas acatadas pela Secretaria. Em segundo lugar, destacou que a judicialização do processo
252 não interessa ao CMPU, posto que é preciso estabelecer um processo isonômico na construção
253 das propostas, tanto no executivo, como no legislativo. Em seguida, reiterou o pedido ao MDSP
254 de que a ação civil seja retirada. **19)** Na sequência a palavra foi passada ao Conselheiro
255 **Algerlanio Lopes Dantas (Associação de Moradores)**. Disse que o processo de revisão do
256 PDE foi bastante exaustivo no ano passado, destacou que muitas questões foram debatidas e
257 que participou enquanto movimento de moradia de diversas audiências públicas; ressaltou o
258 respeito por todos os movimentos que participam deste debate, mas que a Ação Civil Pública
259 não condiz com todo o processo de trabalho realizado em 2013; pediu em nome da CONAM,
260 FACESP, MDM, em complementação às solicitações feitas anteriormente por outras Entidades,
261 que não ocorra esse embate no judiciário; reiterou a importância de que as discussões em curso
262 sejam feitas em uma instância em que não apenas uma entidade participe, mas todas elas de
263 forma igual; destacou que não será por meio desta Ação Civil Pública que os desafios da cidade,
264 tais como habitação, infraestrutura e mobilidade serão resolvidos, mas sim por meio dos
265 debates públicos; sendo assim reiterou ao MDSP, movimento que respeita muito, que retire a
266 Ação Civil e que o debata os conteúdos e apresente propostas no âmbito da CMSP; **20)** Em
267 seguida a palavra foi passada ao Conselheiro **Angelo Salvador Filardo Junior (Indicado**
268 **Macrorregião Oeste)** que considerou que os Conselheiros exerceram sua prerrogativa,
269 conforme estabelecido no PDE, de discutir e se manifestar, vastamente, em diversos momentos
270 ao longo do processo; reforçou que se o objeto de discussão é o próprio Conselho, este poderia
271 se manifestar perante o poder judiciário alegando que ele mesmo não reconhece essa ausência
272 de legitimidade; destacou sua preocupação do processo seguir “*sub judice*”, enfatizou que os
273 debates devem prosseguir e que a continuação da participação do MDSP nestas próximas
274 etapas é importante. **21)** Em seguida a palavra foi passada ao Conselheiro **Luiz Carlos Costa**
275 **(Movimento Defesa São Paulo)** (1:51:50 a 2:00:17) – “Eu queria saudar todo mundo que
276 está aqui e tentar dar uma explicação compreensível do que cerca esta nossa ação civil pública.
277 Durante a nossa participação nesse Conselho que sempre foi ativa e positiva, propondo muitas
278 coisas, nós sempre nos ressentimos de uma precária condição de manifestação mais
279 aprofundada e, digamos, mais socializada entre nós. Isto é muito importante porque as reuniões
280 que fizemos aqui foram predominantemente ocupadas pela fala da Prefeitura, dando-nos
281 sempre poucos minutos para nossa manifestação. Ora, se eu tenho coisa realmente importante
282 para falar e, se isto não é considerado, a nossa perspectiva Fernando, é que no momento da
283 discussão do tal parecer teríamos todo o direito de esperar que a gente tivesse condições de
284 apresentar as nossas propostas específicas, ou as restrições ou as sugestões. No entanto, fomos
285 de repente surpreendidos com a notícia de que aquela conversa informal fora julgada suficiente
286 e que o projeto já tinha sido enviado para a Câmara Municipal. Eu não tenho obrigação de achar
287 que isto está tudo bem. Eu acho que algum direito civil ou direito público foi frustrado neste

**ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
POLÍTICA URBANA REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2014**

288 negócio. Então, a iniciativa da ação foi para lembrar que existe uma certa ordenação legal em
289 torno do sistema de planejamento e respeitá-la foi considerado indispensável. Isto não quer
290 dizer em nenhum momento que a gente queria frustrar a continuidade da discussão. Ao
291 contrário. Nós queríamos é justamente condensar esta discussão num contexto e numa
292 circunstância que ela fosse realmente democrática e nos livrasse das preocupações que nós
293 ainda temos sobre este plano. No momento, eu posso dizer o seguinte: que é, me parece uma
294 coisa menor a história da...dessa ação civil pública. Eu pessoalmente. não teria nenhuma
295 resistência a retirar isto aí, atendendo ao que você falou, Yazbek, porque, digamos assim, nem
296 foi expressão de uma vontade minha, mas isso não vem ao caso. Eu acho possível, eu até posso
297 me comprometer com você que trabalharei para que isto seja retirado. Contanto porém que
298 haja um mínimo de compromisso da gente enfrentar, na condição que agora se apresenta, os
299 problemas não resolvidos remanescentes desse Plano Diretor. E a esperança, Nabil, é que a
300 gente possa fazer isto no âmbito da Câmara Municipal e num diálogo que a gente pretende
301 estabelecer com você. O que acho importante a gente afirmar é o seguinte: para nós, com a
302 nossa visão da cidade e planejamento e de compromissos e de pressões, este plano não pode
303 ser aprovado como está. Não pode ser aprovado como está. Por quê? Porque de um lado ele
304 desencadeia processos que agravam processos que nós já estamos sentindo (*mesa avisa sobre*
305 *limite de tempo*) dado o grau de liberalidade que é oferecido ao setor imobiliário e ele propõe
306 determinadas ações que não estão conduzindo a uma transformação da cidade que se tem
307 apontado como desejável. Essa transformação da cidade a gente acha que deve se dar
308 sobretudo num nível da comunidade, das comunidades urbanas dos bairros, das zonas, das
309 regiões. É aí que as pessoas têm condições de entender o que afinal representa as propostas
310 do plano diretor para sua vida concreta (*mesa avisa sobre limite de tempo*) para aquilo que está
311 acontecendo. É fundamental que nos habilitemos a para fazer propostas muito específicas que
312 eu diria, totalmente alheias a alguns aspectos do que foi proposto a nível do geral. Então, o
313 mínimo que o plano diretor tem que fazer é enfatizar, dar condição, para que esta ação a nível
314 local reorganize todas as demandas de todas as classes sociais, quer dizer, todos os agentes
315 urbanos que estão atuando nas partes concretas em que a cidade se organiza. Essas partes não
316 foram sequer identificadas. Então, não quero me prolongar mais. O que eu quero dizer é o
317 seguinte: foi em nome da democracia da nossa participação e, de uma certa maneira, como um
318 gesto de resistência à postura que eu considero autoritária com que se mandou rapidamente
319 esse projeto para a Câmara como se esta instância aqui não representasse nada. Eu não vou
320 fazer nenhuma ilusão de que a solução final nesse coletivo tal como ele está composto vai ser
321 diferente daquela proposta do Executivo. Eu não estou pondo em questão isto. Eu estou pondo
322 em questão o direito de quem tem condição de apontar problemas insolúveis que são criados
323 pelo plano diretor. E desmontar um pouco o oba-oba elogiativo de plano diretor em geral,
324 aspecto que eu me permito não entrar agora. (*mesa avisa sobre limite de tempo*) A gente tinha
325 que tomar alguma medida que demonstrasse o nosso (*mesa avisa sobre limite de tempo*)
326 inconformismo e uma sinalização de que a gente precisa se dedicar agora à consideração desses
327 aspectos críticos que existem e que podem ser superados (*mesa avisa sobre limite de tempo*) e
328 que eu diria devem ser superados, mas que não estão. Muito obrigado.” **22)** Em seguida o

**ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
POLÍTICA URBANA REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2014**

329 Chefe de Gabinete passou a palavra a Conselheira **Maura Augusta Soares de Oliveira**
330 **(Associação de Moradores - MDM)** que destacou que os movimentos de moradia, tais como
331 FACESP, CONAM e MDM vêm essa ação com muita preocupação, pois todo o trabalho realizado
332 em 2013 está colocado em cheque. Questionou qual será o posicionamento a ser transmitido
333 àqueles que participaram intensamente do processo, sobretudo, nas regiões mais periféricas de
334 São Paulo. Destacou que esta é a primeira vez na história do Plano Diretor em que toda a
335 cidade se mobiliza e respira mudanças por meio do processo de revisão do Plano. Disse que a
336 paralisação não prejudica somente o trabalho do Conselho, mas sim a cidade de São Paulo
337 como um todo. Destacou que se deve ter cautela quando se entra com uma ação civil pública;
338 ressaltou que é preciso pensar na população e na cidade como um todo e não apenas em uma
339 única entidade. Disse que com base nisso, faz coro a todos que a antecederam pedindo ao
340 Movimento Defesa São Paulo que dialogue mais e retire a Ação Civil Pública. **23)** Em seguida a
341 palavra foi passada à Conselheira **Jacobina Albu Vaisman (CAU/SP)** que reforçou a
342 legitimidade do processo de revisão do PDE que contou com participação efetiva, inclusive nas
343 diversas reuniões do Conselho, conforme pode ser comprovado por meio das atas de reunião.
344 Disse que o MDSP se manifestou inúmeras vezes, colocando suas posições, inclusive por meio
345 de um documento escrito entregue ao Executivo. Destacou seu estranhamento ao fato dessas
346 participações poderem não ser consideradas como pareceres, uma vez que estão registradas em
347 ata. Manifestou sua preocupação com a possibilidade da paralisação do processo pois houve
348 uma participação inédita de todas as camadas da população e que a cidade espera por um novo
349 marco regulatório de desenvolvimento urbano. Sugeriu então que fosse elaborado um
350 documento sintético a ser encaminhado ao poder Judiciário, bem como às demais instâncias
351 cabíveis, manifestando que o Conselho, praticamente em sua unanimidade, atesta que o
352 processo de participação foi adequado e legítimo e que o CMPU endossa, até o momento, esse
353 processo de revisão do PDE; destacou que desta maneira poderá se conferir segurança jurídica
354 aos arquitetos, engenheiros e construtores posto que esse pedido de liminar (ação), apesar de
355 seu respeito aos membros do MDSP, não atende de forma alguma e não explicita a posição dos
356 demais Conselheiros. **24)** Em seguida a palavra foi passada à Conselheira **Lucila Lacreta**
357 **(Eleita Macrorregião Oeste)** (2:06:52 a 2:11:26) – “Bom, no sentido de esclarecer o nosso
358 papel aqui no Conselho Municipal de Política Urbana, no sentido de , é o nosso direito debater e
359 emitir parecer sobre a proposta de alteração do Plano Diretor, eu pergunto: qual é a posição
360 deste Conselho na questão da ocupação do solo em relação à Habitação de Interesse Social
361 que, certamente, reforçaria os desejos das entidades de moradia de habitação de interesse
362 social que muito bem colou o Dito e a Graça. Qual é a posição deste Conselho? Outra coisa:
363 qual é, por exemplo, a posição deste Conselho na proposta de aumento de 404 milhões de
364 metros quadrados adicionais a serem construídos nos Eixos de Estruturação que nos foi
365 apresentado no dia 03 de outubro quando foi informado, nós fomos informados, que o projeto
366 de lei 688 já estava na Câmara desde o dia 26 de setembro e que nós não sabíamos desta
367 proposta e nunca discutimos os efeitos desta proposta de 404 milhões de metros quadrados
368 adicionais nos Eixos. Qual é a infraestrutura que vai ser prevista nas Macroáreas de
369 Estruturação Metropolitana que é uma mega Operação Urbana e que nós jamais discutimos

**ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
POLÍTICA URBANA REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2014**

370 esta questão com profundidade neste Conselho. Senhoras e Senhores: qual é a opinião do
371 Conselho sobre os vários pontos da proposta do projeto de lei 688? Não há. Não há. O que há
372 aqui são opiniões esparsas que, ao longo deste tempo todo, nós tentamos transmitir e sequer
373 soubemos o que foi acolhido e o que não foi acolhido. Nós discutimos aqui, inclusive o Grupo de
374 Trabalho que fez 3 reuniões e nós temos todas as gravações – as gravações são muito
375 importantes porque elas dão a real dimensão do que foi feito e foi trabalhado. Esse Grupo de
376 Trabalho, ele participou do processo das metas, digamos assim, e da rotina do processo
377 participativo. Este GT, ele não teve o condão de alterar nada porque como é normal,
378 corriqueiro, nas nossas reuniões do CMPU, boa parte dela é feita uma apresentação pelo
379 Executivo e, essa apresentação, nós pouco opinamos, eventualmente, mas a gente não sabe o
380 que foi adotado e não foi. Então, até hoje, fizemos o papel de receptores de informações.
381 Talvez tenhamos recebido algumas informações do que iria ocorrer um pouco antes da opinião
382 pública, mais nada. Mas nós não interferimos definitivamente num processo, tanto da questão
383 da participação social que não está em discussão nesta ação. Nesta ação está em discussão
384 quais são as opiniões do Conselho Municipal de Política Urbana sobre o Plano Diretor. Eu quero
385 que os senhores digam onde está o documento em que nós trabalhamos juntos e opinamos e
386 decidimos qual seria a proposta para o Plano Diretor concretamente. Essa é a grande questão.
387 Se o processo teve 3 mil e tantas manifestações, se teve mais de 50 audiências públicas, isto
388 não está em questão. Está em questão o papel desse Conselho Municipal de Política Urbana
389 dentro do sistema de planejamento do Município e seu direito, na minha opinião, no seu dever
390 de emitir parecer sobre proposta de alteração do Plano Diretor, sobre cada um dos assuntos que
391 estão em pauta e que vão influir dramaticamente no futuro da nossa cidade. Obrigada.” **25)** Em
392 seguida a palavra foi passada ao Presidente do Conselho que esclareceu que a proposta visa
393 estabelecer a justa medida da temporalidade que o plano se propõe com a possibilidade e
394 disponibilidade de áreas para que se possa mitigar o gigantesco déficit habitacional, que
395 ultrapassa centenas de milhares de unidades, na cidade de São Paulo. Disse que em nenhum
396 momento a proposta visa a propositura de uma liberalidade incomensurável, até porque se tem
397 total consciência das dinâmicas de produção da cidade e dos limites da poupança interna;
398 destacou que o valor apresentado que sustenta esta hipótese está equivocado; reforçou que as
399 propostas estruturadas visam orientar o processo de transformação urbana ao longo dos eixos
400 de mobilidade; disse ainda que existem documentos que expressam a posição de diversos
401 segmentos e entidades da sociedade civil, sobre os mais diversos temas da proposta. Há
402 inclusive um “Parecer sobre o Plano Diretor” protocolado pelo Movimento Defesa São Paulo
403 com suas opiniões. **26)** Em seguida a palavra foi passada ao Conselheiro **Benedito Barbosa**
404 **(Movimento de Moradia - CMP)** que relatou ter visitado uma ocupação da região de Taipas
405 próxima a construção do Rodoanel e que o discurso de que esta obra criaria um cinturão que
406 impedira a expansão urbana em direção às áreas verdes da Cantareira não se observa, pelo
407 contrário, ocorre um intenso processo de ocupação. Ponderou, portanto, que é necessário
408 inverter essa lógica de expansão urbana periférica, transferindo-a para os eixos de transporte
409 localizados na Macrozona de Reestruturação Urbana viabilizando a construção de moradias
410 populares. Destacou ainda, que o movimento de moradia tem posição com relação ao projeto de

**ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
POLÍTICA URBANA REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2014**

411 cidade que se quer, assim como o MDSP, o setor imobiliário, as universidades e ONGs e que é
412 evidente que deverá ser construído uma posição a partir destas diferentes visões. Destacou que
413 os movimentos de moradia estão conceitualmente de acordo com a proposta na medida em que
414 propõe aproximar trabalho de moradia, construir residências em áreas infraestruturadas da
415 cidade como mecanismo para preservar as zonas de mananciais; tal proposta representa uma
416 inversão de paradigma na medida em que democratiza o acesso a terra nas regiões mais ricas
417 da cidade, local em que o povo quer morar. **27)** Em seguida a palavra foi passada ao **Vereador**
418 **Nabil Bonduki (CMSP)** que disse que o PL encaminhado será objeto de transformações, estas
419 oriundas dos diversos canais de escuta da sociedade que foram estabelecidos também no
420 Legislativo; reforçou que há acordo com os princípios do PL 688/13 encaminhado à Câmara e
421 que as discussões com a sociedade revelaram isso; apresentou sua preocupação face a
422 necessidade de atualização da legislação urbanística vigente; reforçou a sugestão feita aos
423 Conselheiros de que o Substitutivo do PL 688/13 seja apresentado ao CMPU, mesmo que isso
424 não seja uma atribuição regimental da CMSP. **28)** Em seguida a palavra foi passada ao
425 Conselheiro **Marcelo Cardoso (Entidade Ambiental - Vitae Civilis)** que expressou sua
426 concordância com a possibilidade de que o Substitutivo seja apresentado ao CMPU; na
427 sequência destacou que está muito claro que não restam dúvidas com relação ao processo
428 participativo, ainda assim existem questões de conteúdo que podem ser melhor aprofundadas e
429 que justamente a somatória de posições permite que o Conselho se estabeleça e enriqueça a
430 democracia participativa; sugeriu que nesse período sejam criados grupos de trabalho que
431 aprofundem o estudo de questões específicas, o que pode corroborar para que questões como
432 as suscitadas pelo MDSP possam ser melhor trabalhadas além de apoiar o trabalho da CMSP. **29)**
433 Em seguida a palavra foi passada ao Conselheiro **Benedito Barbosa (Movimento de**
434 **Moradia - CMP)**; disse que foram feitas várias solicitações dos conselheiros ao Movimento
435 Defenda São Paulo para que a ação civil seja retirada, solicitou, portanto, uma posição formal do
436 MDSP; reforçou a proposta de que seja elaborado um manifesto formal, um documento, desse
437 conselho no sentido de ser encaminhado ao judiciário que há consenso entre os Conselheiros de
438 que o processo de revisão do PDE foi legítimo. **30)** Na sequência o **Chefe de Gabinete**
439 **(SMDU)** destacou que já existem algumas propostas de encaminhamento, i) sobre a
440 consolidação de um documento formal; ii) de que seja ouvido o MDSP; e iii) de que o CMPU
441 acompanhe o processo de discussão em curso no legislativo por meio da apresentação do
442 Substitutivo ao PL 688/13. **31)** Em seguida a Conselheira **Áurea Lopes Machado**
443 **Mazzetti (Eleita Macrorregião Oeste)** pediu a palavra e reforçou a proposta de que o
444 Substitutivo deverá ser apresentado no CMPU, em seguida solicitou ao MDSP que retire a ação
445 civil de modo que não seja necessário encaminhar um documento formal ao Judiciário. **32)** Na
446 sequência o Chefe de Gabinete passou a palavra ao Conselheiro **Luiz Carlos Costa**
447 **(Movimento Defenda São Paulo)** (2:36:26 a 2:37:39) – “Eu já me manifestei, o quanto
448 meus problemas físicos permitem, no sentido de propor ao Movimento Defenda São Paulo que é
449 um órgão colegiado, eu não posso decidir em nome dele, a retirada desses documentos que eu
450 nunca patrocinei. Então, essa é a contribuição e o compromisso que posso assumir agora. Tá
451 certo? Tão logo a gente decida alguma coisa, comunicaria e encaminharia pelos meios

**ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
POLÍTICA URBANA REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2014**

452 adequados. Agora, sempre pensando que de alguma maneira vocês vão compensar esta nossa
453 renúncia dessa coisa, que talvez não seja a melhor coisa a ser feita, com uma discussão séria e
454 desarmada de, pelo menos, três pontos que nós consideramos essenciais. Eu não vou repeti-los
455 agora, mas eles serão apresentados depois.” **33)** O Conselheiro **Benedito Barbosa**
456 **(Movimento de Moradia - CMP)** perguntou ao Conselheiro Luiz Carlos Costa se há alguma
457 previsão de tempo para que o MDSP se manifeste. **34)** A palavra foi, em seguida, passada à
458 Conselheira **Jacobina Albu Vaisman (CAU/SP)** que apresentou a proposta de um texto
459 formal em que os Conselheiros do CMPU manifestariam o estranhamento da ação civil proposta
460 pelo MDSP, movimento este que participou ativamente de todo o processo de revisão do PDE,
461 externando suas posições oralmente e por escrito, e que entendem que a ação judicial que
462 pretende impedir a tramitação do PL 688/13 não reflete a posição deste conselho e solicita a
463 imediata retirada deste pedido de liminar, ou o que for juridicamente adequado, por considerar
464 improcedentes as alegações de que não foi emitido parecer, o que pode ser provado por meio
465 de todas as atas de reuniões do CMPU. **35)** Em seguida a palavra foi passada à Conselheira
466 **Maria das Graças de Jesus Xavier Vieira (Movimentos de Moradia – UMM)** que sugeriu
467 acrescentar ao texto que todos os Conselheiros poderiam e todos eles participaram das
468 audiências públicas de revisão do PDE. **36)** Na sequência a palavra foi passada à Conselheira
469 **Lucila Lacreta (Eleita Macrorregião Oeste)** (2:42:17 a 2:43:51) – “Eu só quero esclarecer
470 que este texto, da forma como está sendo proposto, na realidade, está pedindo ou abrindo mão,
471 solicitando a revogação tácita ou implícita do artigo 285, inciso III, que fala que cabe ao
472 Conselho emitir parecer, debater e emitir parecer sobre a proposta de alteração do Plano
473 Diretor Estratégico. Quer dizer, na realidade é isso. O Conselho está dizendo para o Judiciário,
474 ou seja lá para quem for, que ele quer que revogue este item III. Isto é muito grave, lembrando
475 que, na proposta do projeto de lei 688 este item já não consta. Então, se o projeto de lei 688
476 for aprovado da forma como está, o Conselho aqui, não vai emitir, não vai debater parecer
477 sobre a proposta de alteração do Plano Diretor Estratégico e dos Planos Regionais. É isto aí.
478 Está escrito aqui. (...) Então eu alerto para este pedido porque ele tem que ser muito
479 consciente, ele não pode ser açodado sob o risco do Conselho banir, ou eliminar, uma
480 prerrogativa importantíssima que lhe cabe por lei. Muita cautela nessa hora, por favor.” **37)** Em
481 seguida o Chefe de Gabinete da SMDU passou a palavra ao Conselheiro **Benedito Barbosa**
482 **(Movimento de Moradia - CMP)** que fez uma sugestão de texto alternativo na seguinte
483 direção: que o conjunto de conselheiros declara seu entendimento de que as discussões feitas
484 ao longo dos debates no CMPU funcionaram como pareceres, que as decisões desse conselho
485 foram feitas e constituem pareceres e os Conselheiros entendem que até o momento do
486 encaminhamento do PL 688/13 à Câmara Municipal foram cumpridos todos os requisitos
487 formais. **38)** Em seguida o Chefe de Gabinete da SMDU consultou a Conselheira Jacobina Albu
488 Vaisman (CAU/SP) se estava de acordo com essa proposta de texto, tendo a Conselheira se
489 manifestado favoravelmente; na sequência consultou o Conselho se poderia colocá-lo em
490 votação, tendo os Conselheiros anuído o encaminhamento propôs nova redação nos seguintes
491 termos: “O Conselho Municipal de Política Urbana - CMPU considera que as discussões
492 realizadas no debate do Plano Diretor Estratégico constituíram pareceres do colegiado e

**ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
POLÍTICA URBANA REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2014**

493 cumpriram os requisitos formais para envio do Projeto de Lei à Câmara Municipal”. **39)** O
494 conselheiro **Glaucio Cugler de Carvalho (SVMA)** sugeriu que os Conselheiros fossem
495 consultados, um a um, para que se manifestassem nominalmente com relação ao texto
496 proposto. **40)** O Chefe de Gabinete, Weber Sutti, propôs aos Conselheiros que o próximo item
497 de pauta seja debatido na próxima reunião do Conselho, o que foi aprovado por unanimidade e,
498 em seguida, colocou em deliberação o texto da informação consolidada a partir das propostas
499 dos Conselheiros. Foram então proferidas as seguintes manifestações: **Valter Luis Caldana**
500 **Junior** – Universidade – Universidade Presbiteriana Mackenzie – Titular: FAVORÁVEL, solicitou
501 que se registre de forma clara a solicitação ao MDSP que retire a ação civil; **Marcos Cartum** –
502 Órgãos Municipais - Secretaria Municipal de Cultura – Titular: FAVORÁVEL e entende que o
503 trabalho desenvolvido pelo CPMU é totalmente legítimo; **Ângelo Salvador Filardo Junior** –
504 Macrorregião – Indicado Oeste – Titular: FAVORÁVEL, reforçando que compreende a
505 legitimidade do processo; **Edison de Oliveira Vianna Junior** – Macrorregião – Indicado Norte
506 1 – Titular: FAVORÁVEL; **Dirceu de Oliveira Mendes** – Macrorregião – Indicado Sul 1 –
507 Titular: FAVORÁVEL; **Adevilson Maia** – Macrorregião – Indicado Sul 2 – Titular: FAVORÁVEL;
508 **Francisco Carlos Ricardo** - Macrorregião Leste 1 – Suplente: FAVORÁVEL; **Marly Kiatake** –
509 Órgãos Municipais – Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras – Titular:
510 FAVORÁVEL; **Glaucio Cugler de Carvalho** – Órgãos Municipais – Secretaria Municipal do Verde
511 e do Meio Ambiente – Suplente: FAVORÁVEL; **Adriana Neves da Silva Morales** –
512 Macrorregião - Leste 2 Indicada – Suplente: FAVORÁVEL; **Sueli Moretti** - Central Sindical –
513 Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) – Titular: FAVORÁVEL, sugeriu ao MDSP que retire a
514 ação civil. **Luiz Tokuzi Kohara** – Empresa, entidade ou ONG da área de Desenvolvimento –
515 Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos – Suplente: FAVORÁVEL; **Benedito Roberto**
516 **Barbosa** - Movimento de Moradia – Liderança Movimento Popular – Suplente: FAVORÁVEL,
517 sugeriu em nome do movimento popular que o MDSP retire a ação civil. **Ricardo Yazbek** –
518 Produção Imobiliária – Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de
519 Imóveis de São Paulo - Titular: FAVORÁVEL; **Elia Albuquerque Rocha** – Órgãos Municipais –
520 Secretaria Municipal de Transportes (SMT) – Titular: FAVORÁVEL; **Ronaldo Tonobohn** –
521 Órgãos Municipais – Secretaria Municipal de Transportes (SMT) – Suplente: FAVORÁVEL;
522 **Gustavo Partezani Rodrigues** – Órgãos Municipais – São Paulo Urbanismo – titular:
523 FAVORÁVEL; **Carlos Eduardo Silva Diethelm** – Macrorregião – Norte 2 Indicada – Titular:
524 FAVORÁVEL; **Airton Goes** – Rede Nossa São Paulo – Convidado Permanente: FAVORÁVEL;
525 **Áurea Lopes Machão Mazzetti** – Macrorregião - Oeste Eleita – Suplente: FAVORÁVEL,
526 sugeriu ao MDSP que retire a ação civil. **Felipe de Paula** – Órgãos Municipais – Secretaria do
527 Governo Municipal – Suplente: FAVORÁVEL; **Paulo Afonso** – Central Sindical – Central Única
528 dos Trabalhadores do Estado de São Paulo – Titular: FAVORÁVEL; **Adriana Oliveira**
529 **Magalhães** – Central Sindical – Central Única dos Trabalhadores do Estado de São Paulo
530 (CUT) – Suplente: FAVORÁVEL; Mariza Dutra Alves – Movimento de Moradia – Associação dos
531 Movimentos de Moradia da Leste 1 – Suplente: FAVORÁVEL; **Maria das Graças de Jesus**
532 **Xavier Vieira** – Movimento de Moradia – União dos Movimentos de Moradia da Grande São
533 Paulo e Interior – Titular: FAVORÁVEL, sugeriu ao MDSP que retire a ação civil; **Jacobina Albu**

**ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
POLÍTICA URBANA REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2014**

534 **Vaisman** – Categoria Profissional de Planejamento Urbano – Conselho de Arquitetura e
535 Urbanismo de São Paulo – CAU/SP – Titular: FAVORÁVEL; **Eduardo Della Manna** - Produção
536 Imobiliária – Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis
537 de São Paulo - Suplente: FAVORÁVEL; **Lucila Falcão Pessoa Lacrete** – Macrorregião – Oeste
538 Eleita – Titular: CONTRÁRIA. Solicitou que seu voto fosse declarado: “*quando a minuta do*
539 *projeto de lei veio a este Conselho Municipal houve uma série de manifestações, manifestações*
540 *isoladas não significam parecer do Conselho, mesmo porque o Projeto de Lei 688/13 foi enviado*
541 *no dia 27 de setembro à Câmara e no dia 3 de outubro de 2013 fomos informados pelo*
542 *presidente do Conselho que aquela minuta que nós havíamos discutido havia sido alterada*
543 *então somente no dia 3 de outubro tomamos conhecimento do texto do PL 688/13 com as*
544 *devidas explicações da alteração, e não é possível fazer, emitir parecer sobre um texto de lei*
545 *que se desconhece.”; **Luiz Carlos Perilo Costa** – Empresa, entidade ou ONG da área de
546 Desenvolvimento Urbano – Movimento Defesa São Paulo – Titular: CONTRÁRIO; **Anderson**
547 **Kazuo Nakano** – Órgãos Municipais – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
548 (SMDU) – Titular: FAVORÁVEL; **Renato Souza Cintra** – Órgãos Municipais – Secretaria
549 Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS – Titular: FAVORÁVEL; **João**
550 **Abukater Neto** – Órgãos Municipais – Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo –
551 COHAB – Titular: FAVORÁVEL; **Luiz Felipe Vidal Arellano** – Órgãos Municipais – Secretaria
552 Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico (SF) – Suplente: FAVORÁVEL; **Marianna**
553 **Sampaio** – Órgãos Municipais - Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos (SNJ) – Titular:
554 FAVORÁVEL; **José Armênio de Brito Cruz** – Categoria Profissional em Planejamento Urbano –
555 Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) – Titular: FAVORÁVEL; **Marcelo Cardoso** – Entidade
556 Ambiental – Associação Vitae Civilis Cidadania e Sustentabilidade – Titular: FAVORÁVEL; **Nuria**
557 **Pardillos Vieira** – Órgãos Municipais – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
558 (SMDU) – Suplente: FAVORÁVEL. **41)** Em seguida o Chefe de Gabinete destacou que foram
559 anotados 34 (trinta e quatro) manifestações favoráveis, 02 (duas) manifestações contrárias e
560 nenhuma abstenção, portanto o texto proposto pelo Conselho foi considerado aprovado.
561 Destacou que será feito, posteriormente, o cálculo dos titulares e suplentes para que não se
562 contabilize duas vezes a mesma representação. Por fim destacou que a Secretaria entrará em
563 contato com a CMSP para que seja marcada uma reunião específica do Conselho sobre o
564 Substitutivo. **42)** Em seguida o Conselheiro **Benedito Barbosa (Movimento de Moradia -**
565 **CMP)** sugeriu que a reunião de discussão do substitutivo do PDE ocorra para além do meio
566 período. O Chefe de Gabinete ressaltou que tal proposta precisa ser combinada em comum
567 acordo com a CMSP. **43)** Na sequência o Conselheiro **Valter Luis Caldana (Universidades –**
568 **Mackenzie)** destacou a importância de se conferir celeridade aos demais processos de revisão
569 participativa do Marco Regulatório para que Política Urbana de São Paulo possa atender as
570 atuais demandas. **44)** Em seguida o Chefe de Gabinete da SMDU passou a palavra ao
571 Presidente para o encerramento da reunião, o Secretário Fernando Mello Franco agradeceu a
572 presença de todos e o empenho em debater este assunto de tamanha relevância, o que
573 fortalece e legitima ainda mais este Conselho; reforçou a importância do desenvolvimento de
574 políticas urbanas locais atreladas ao processo de descentralização administrativa. **45)** Nada a*

**ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
POLÍTICA URBANA REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2014**

575 mais a ser tratado, a reunião foi encerrada pela mesa às 12h43m. A reunião foi secretariada por
576 Fernando Túlio Salva Rocha Franco, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Política
577 Urbana, e Weber Sutti, Chefe de Gabinete. Esta presente ata, lavrada pelo Secretário Executivo
578 do CMPU, segue assinada pelos presentes à reunião.

Presidente

Fernando de Mello Franco

Assinatura: _____

Secretário Executivo

Fernando Túlio Salva Rocha Franco

Assinatura: _____

ENTIDADES PRESENTES

Secretaria do Governo Municipal – SGM

Titular: Francisco Macena da Silva

Assinatura: _____

Suplente: Felipe de Paula

Assinatura: _____

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

Titular: Anderson Kazuo Nakano

Assinatura: _____

Suplente: Nuria Pardillos Vieira

Assinatura: _____

Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos - SNJ

Titular: Marianna Sampaio

**ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
POLÍTICA URBANA REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2014**

Assinatura: _____

Suplente: Eduardo Mikalauskas

Assinatura: _____

Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras - SMSP

Titular: Marly Kiatake

Assinatura: _____

Suplente: Otaviano Tonato Leite

Assinatura: _____

Secretaria Municipal de Transportes - SMT

Titular: Elia Albuquerque Rocha

Assinatura: _____

Suplente: Ronaldo Tonobohn

Assinatura: _____

Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico - SF

Titular: Anna Olimpia de Moura Leite

Assinatura: _____

Suplente: Luis Felipe Vidal Arellano

Assinatura: _____

Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA

Titular: Evando Reis

Assinatura: _____

Suplente: Glauco Cugler de Carvalho

Assinatura: _____

Secretaria Municipal de Cultura - SMC

Titular: Marcos Cartum

**ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
POLÍTICA URBANA REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2014**

Assinatura: _____

Suplente: Wanderley Ariza

Assinatura: _____

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS

Titular: Renato Souza Cintra

Assinatura: _____

Suplente: Vânia Baptista Nery

Assinatura: _____

São Paulo Urbanismo – SP Urbanismo

Titular: Gustavo Partezani Rodrigues

Assinatura: _____

Suplente: Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho

Assinatura: _____

Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB

Titular: João Abukater Neto

Assinatura: _____

Suplente: Luciana Martins de Barros Teixeira

Assinatura: _____

Macrorregião Oeste - Eleito

Titular: Lucila Falcão Pessoa Lacreta

Assinatura: _____

Suplente: Áurea Lopes Machado Mazzetti

Assinatura: _____

Macrorregião Leste 2 – Eleito

Titular: Antonio Gomes dos Santos

**ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
POLÍTICA URBANA REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2014**

Assinatura: _____

Suplente: Dirceu Aparecido Ruiz Jerônimo

Assinatura: _____

Macrorregião Sul 1 - Eleito

Titular: Maria Lúcia da Silva

Assinatura: _____

Suplente: Jorge Henrique da Fonseca Corte

Assinatura: _____

Macrorregião Norte 1 - Indicado

Titular: Edison de Oliveira Vianna Junior

Assinatura: _____

Suplente: Gilberto Rossi

Assinatura: _____

Macrorregião Norte 2 - Indicado

Titular: Carlos Eduardo Silva Diethelm

Assinatura: _____

Suplente: Nelma Lucia Heiffig

Assinatura: _____

Macrorregião Oeste - Indicado

Titular: Ângelo Salvador Filardo Junior

Assinatura: _____

Suplente: Ricardo Airut Pradas

Assinatura: _____

Macrorregião Leste 1 – Indicado

Titular: Miguel Perrela

**ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
POLÍTICA URBANA REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2014**

Assinatura: _____

Suplente: Francisco Carlos Ricardo

Assinatura: _____

Macrorregião Leste 2 - Indicado

Titular: Guilherme Henrique de Paula e Silva

Assinatura: _____

Suplente: Adriana Neves da Silva Morales

Assinatura: _____

Macrorregião Sul 1 - Indicado

Titular: Dirceu de Oliveira Mendes

Assinatura: _____

Suplente: Luiz Fernando Macarrão

Assinatura: _____

Macrorregião Sul 2 - Indicado

Titular: Adevilson Maia

Assinatura: _____

Suplente: Adailson de Oliveira

Assinatura: _____

Produção Imobiliária – Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Paulo – SECOVI-SP

Titular: Ricardo Yazbek

Assinatura: _____

Suplente: Eduardo Della Manna

Assinatura: _____

Associação de Moradores

Titular: Algerlanio Lopes Dantas – Associação Ambiental e Habitacional João de Barro - AAHJB

**ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
POLÍTICA URBANA REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2014**

Assinatura: _____

Suplente: Maura Augusta Soares de Oliveira – Movimento pelo Direito a Moradia - MDM

Assinatura: _____

Associação de Moradores

Titular: Sergio Antonio Reze Junior- Associação dos Moradores e Amigos do Parque Previdência - AMAPAR

Assinatura: _____

Suplente: Cibele Martins Sampaio – Associação Amigos do Brooklin Novo - SABRON

Assinatura: _____

Movimento de Moradia

Titular: Maria das Graças de Jesus Xavier – União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior

Assinatura: _____

Suplente: Benedito Roberto Barbosa – Liderança Movimento Popular

Assinatura: _____

Movimento de Moradia

Titular: Julieta Aparecida Tolentino de Abraão – Associação dos Trabalhadores sem terra da Zona Oeste

Assinatura: _____

Suplente: Mariza Dutra Alves – Associação dos Movimentos de Moradia da Leste 1

Assinatura: _____

Entidade Ambiental

Titular: Marcelo Cardoso – Associação Vitae Civilis Cidadania e Sustentabilidade

Assinatura: _____

**ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
POLÍTICA URBANA REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2014**

Suplente: João Paulo Ribeiro Capobianco – Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS

Assinatura: _____

Universidade

Titular: Valter Luis Caldana Júnior – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Assinatura: _____

Suplente: Arlete Venites Sanchez – Pontifícia Universidade Católica - PUC

Assinatura: _____

Categoria Profissional em Planejamento Urbano

Titular: Paula Baillot Lacerda - Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia
Consultiva - SINAENCO

Assinatura: _____

Suplente: Alexandre Marques Tirelli – Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São
Paulo – SCIESP

Assinatura: _____

Categoria Profissional em Planejamento Urbano

Titular: José Armênio de Brito Cruz – Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB

Assinatura: _____

Suplente: Luiz Renato Horta da Siqueira – Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura –
ASBEA

Assinatura: _____

Categoria Profissional em Planejamento Urbano

Titular: Jacobina Albu Vaisman – Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP

Assinatura: _____

**ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
POLÍTICA URBANA REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2014**

Suplente: a ser indicado

Empresa, entidade ou ONG da área de Desenvolvimento Urbano

Titular: Paulo Somlanyi Romeiro – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Política Sociais - POLIS

Assinatura: _____

Suplente: Luiz Tokuzi Kohara – Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos

Assinatura: _____

Empresa, entidade ou ONG da área de Desenvolvimento Urbano

Titular: Luiz Carlos Perilo Costa – Movimento Defenda São Paulo

Assinatura: _____

Suplente: Eduardo César Leão Marques – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP

Assinatura: _____

Central Sindical – Federação Nacional dos Urbanitários - FNU

Titular: Sueli Moretti

Assinatura: _____

Suplente: Edson Aparecido da Silva

Assinatura: _____

Central Sindical – Central Única dos Trabalhadores do Estado de São Paulo - CUT

Titular: Paulo Afonso Costa

Assinatura: _____

Suplente: Adriana Oliveira Magalhães

Assinatura: _____

Secretaria de Estado da Habitação

Titular: Reinaldo Iapequino

**ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
POLÍTICA URBANA REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2014**

Assinatura: _____

Suplente: João Manoel Scudeler de Barros

Assinatura: _____

ENTIDADES AUSENTES

Gabinete do Prefeito

Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB

Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB

Secretaria Municipal de Serviços - SES

Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo – SDTE

Macrorregião Norte 1 – Eleito

Macrorregião Norte 2 – Eleito

Macrorregião Centro – Eleito

Macrorregião Leste 1 – Eleito

Macrorregião Sul 2 – Eleito

Macrorregião Centro - Indicado

Indústria da Construção Civil com atuação com obras públicas

- Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas - APEOP
- Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo - SINDUSCON

Universidade

- Universidade de São Paulo – FAU/USP
- Fundação Álvares Penteado – FAAP

Secretaria de Estado do Meio Ambiente

Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos

Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos

Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste a Região Metropolitana